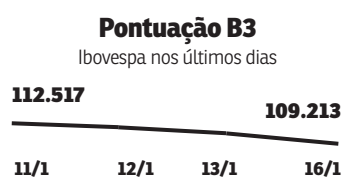
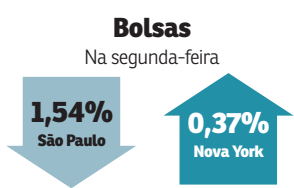




7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 17 de janeiro de 2023



Na segunda-feira

Dólar

R\$ 5,149
(+ 0,83%)

Dólar	Últimos
10/janeiro	5,202
11/janeiro	5,181
12/janeiro	5,100
13/janeiro	5,106

Salário mínimo

R\$ 1.302

Euro
Comercial, venda na segunda-feira

R\$ 5,571

CDI
Ao ano

13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)

13,66%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Agosto/2022	-0,36
Setembro/2022	-0,29
Outubro/2022	0,59
Novembro/2022	0,41
Dezembro/2022	0,62

CONJUNTURA / Ao participar da reunião da Fiesp, Alckmin anuncia que revisão do sistema de impostos “está madura” e que duas PECs no Congresso tratam disso. Para ele, é preciso aproveitar este primeiro ano para mexer com assuntos complexos

Governo quer extinguir IPI na reforma tributária

» VICTOR CORREIA

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Geraldo Alckmin, anunciou que a meta do governo federal é acabar com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) com uma reforma tributária. A afirmação foi feita durante a participação que teve, ontem, na reunião da diretoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a convite do presidente da entidade, Josué Gomes da Silva — que chegou a ser convidado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o cargo ora ocupado por Alckmin.

“A próxima meta é acabar com o IPI na reforma tributária. Tudo o que é PEC (Proposta de Emenda à Constituição), que demanda mudança constitucional, três quintos (dos votos), duas votações, tem que ser rápido. Tem que fazer no primeiro ano, aproveitar o embalo, a legitimidade do processo eleitoral, e avançar o máximo”, disse Alckmin.

Para tocar a reforma tributária, o vice-presidente acrescentou que “já tem duas PECs bastante discutidas, maduras, que podem ser aprimoradas”. Segundo Alckmin, “a reforma tributária é central. Ela pode fazer o PIB (Produto Interno Bruto) crescer, trazer eficiência econômica simplificando”.

Alckmin observou, porém, que o governo, inicialmente, considerou revogar a redução de 35% do IPI, que está em vigor desde agosto do ano passado. Mas concluiu-se que a União continuaria arrecadando com impostos de má qualidade e que, para fugir desta armadilha, a melhor saída é a reforma.

Roberto Casimiro/Estadão Conteúdo



Alckmin fala aos empresários entre Rafael Cervone (presidente do Centro das Indústrias de SP) e Josué Gomes, tirado do comando da federação

“(Gostaria de) Destacar a sensibilidade do ministro Fernando Haddad em não incluir a volta do IPI (no pacote), que é sempre uma tentação de quem é arrecadador. E era um valor expressivo”, salientou.

Questionado por jornalistas, depois do evento, se a reforma poderia enfrentar resistência no Congresso, Alckmin observou que não se trata de um assunto de governo, mas do país. “É senso comum que precisamos cair do cipó tributário, é um verdadeiro manicômio”, explicou.

Punição

O corte de 35% no IPI puniu pesadamente estados e municípios, pois 70% do valor arrecadado pelo tributo é destinado ao caixa dessas unidades da Federação. Integrantes de entidades que representam estados e municípios ouvidos pelo **Correio** receberam a fala de Alckmin de forma positiva, uma vez que apoiam as propostas de reforma tributária em tramitação — reformulam completamente o sistema e, dependendo das alterações a serem realizadas no Congresso, podem

fortalecer as arrecadações estaduais e municipais.

O vice-presidente ainda deixou um recado aos participantes da reunião da Fiesp: o governo não revogará as reformas trabalhista e previdenciária, mas deve realizar mudanças pontuais em cada uma delas. “O que você pode é aprimorar, até porque o mundo é rápido, é dinâmico”, explicou. A afirmação tem uma razão de ser: assim que assumiu o Ministério da Previdência, Carlos Lupi anunciou a revogação da reforma previdenciária e disse

que o sistema era superavitário, o que gerou ruídos dentro e fora do governo.

Em relação a acordos internacionais, o vice-presidente destacou que, apesar de o Brasil ser um grande exportador de commodities — como soja e minério de ferro —, é preciso investir mais na exportação de bens de maior valor agregado. Ele citou que o valor de negócios com a Argentina caiu de R\$ 28 bilhões para R\$ 15 bilhões devido ao financiamento, especialmente da China, às transações que não envolvam produtos primários.



A próxima meta é acabar com o IPI na reforma tributária. Tudo o que é PEC, que demanda mudança constitucional, tem que fazer no primeiro ano, aproveitar o embalo, a legitimidade do processo eleitoral, e avançar ao máximo”

Geraldo Alckmin, vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

» Oposição destituiu Josué por 47 x 1

Apesar de ter colocado, mais cedo, na mesma mesa o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ex-presidente Michel Temer, a oposição ao presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, conseguiu destituí-lo por 47 x 1 — houve duas abstenções. Pouco antes, os sindicatos patronais votaram, por 62 a 24, a reprovação dos argumentos dados pelo presidente da entidade aos questionamentos sobre sua atuação no cargo. Porém, a saída de Josué, que é ligado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não deve ser imediata e a previsão é de que haja uma longa batalha judicial. A oposição é comandada pelo ex-presidente da Fiesp, Paulo Skaf, que ao longo de quatro anos tentou se aproximar do presidente Jair Bolsonaro.

Haddad: aprovação pode vir até junho

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que, a despeito de pressões no Orçamento, o governo não trabalha com a possibilidade de aumentar a carga tributária no Brasil. Conforme disse a jornalista, durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos (Suíça), o objetivo é apresentar ao Congresso uma reforma tributária neutra, o que significaria uma distribuição mais equilibrada dos tributos entre os setores econômicos. Haddad pretende aprová-la ainda no primeiro semestre.

“A intenção é justamente ter um prazo de transição para fazer a calibragem. Se a reforma não for neutra, alguém vai perder, e a gente quer que todos ganhem”, afirmou, referindo-se às propostas de Emenda Constitucional (PEC) 45 e 110, que tramitam no Congresso.

Haddad disse que o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro não aprovou a reforma tributária porque escolheu o modelo errado. “A CPMF estava morta e sepultada”, disse, referindo-se aos estudos da época para trazer de

volta o imposto incidente sobre todas as transações financeiras.

Segundo ele, o governo Lula vai apostar no texto de reforma já elaborado pelo secretário especial Bernard Appy, cujas chances de aprovação no Congresso, disse Haddad, são maiores. “A reforma tributária que está no Congresso é essencial. Não é bala de prata, mas é muito importante”, explicou.

A viagem a Davos é a primeira da agenda internacional de Haddad como ministro. Ele disse que dará três recados a empresários e investidores: político, após os atos de vandalismo bolsonarista em Brasília, no último dia 8; sobre retomada econômica com sustentabilidade fiscal e social; e sobre o compromisso do governo com a proteção do meio ambiente.

“A sustentabilidade ambiental ganhou uma dimensão na qual o Brasil tem muito a oferecer não apenas em termos da retomada de compromissos históricos, como combate ao desmatamento e energia renovável, mas também na pauta do desenvolvimento

Boris Baldinger/WEF



podemos pensar na reindustrialização do Brasil com base na sustentabilidade”, afirmou.

Tecnologia

Esse aspecto, por sinal, foi enfatizado pela ministra do Meio Ambiente e da Mudança Climática, Marina Silva, ao participar do painel *Em Harmonia com a natureza*. Ela defendeu que as tecnologias para lidar com os desafios do clima e do meio

ambiente existem, mas é preciso ter “vontade política e ética” para enfrentá-los.

“Temos tecnologia para produzir energia limpa, para produzir comida, mas ainda temos muitas pessoas passando fome. O que precisamos é uma vontade política e uma vontade ética para usar toda essa tecnologia para mudar o mundo”, cobrou.

Marina ressaltou que “no meu país tem 120 milhões de pessoas que estão passando fome.

Tínhamos saído do mapa da fome e, agora, temos 33 milhões de pessoas que estão vivendo com menos de um dólar por dia. A sustentabilidade não é só econômica, não é só ambiental. Ela também é social e política”.

A ministra aproveitou o debate para salientar a forma “transversal” que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estabeleceu para o trato do meio ambiente. “Ele transformou a política climática em uma coisa transversal, e não

Marina apontou que os avanços para a preservação do meio ambiente não são aplicados com suficiente eficiência contra as desigualdades

setorial. Nós não conseguiremos lidar com o problema do clima e do meio ambiente se não tivermos uma ação transversal, em nível ético, político, econômico e até estético”, observou.

A fim de marcar uma linha demarcatória entre os governos Lula e Bolsonaro, Marina criticou a gestão do ex-presidente. “Tivemos um governo nos últimos quatro anos que negou a ciência. Tivemos uma pandemia que matou mais de 700 mil pessoas, porque o governo negou a ciência”, destacou.

Segundo Marina, o governo vai levar a ciência em conta na tomada de decisões e na formulação de políticas públicas. “Mas não há uma única ciência. Os indígenas têm uma ciência milenar, que não é baseada em estar certo ou errado, como a ciência moderna, mas é ciência. Os indígenas vivem em 80% do território da floresta e eles cuidam, preservam — isso é ciência. Quando somamos essas duas formas de ciência, podemos aprender muito”, disse. **(VC com Agência Estado)**